Inflexões entre o Público e o Público: as Empresas nas Encruzilhadas da Cidadania Socioambiental no Brasil

Autoria: Armindo dos Santos de Sousa Teodósio

Resumo

O trabalho discute as intervenções de atores da esfera de mercado sobre problemas socioambientais, problematizando suas implicações e desdobramentos para a construção da cidadania dentro dos processos de desenvolvimento sustentável. A discussão inicia-se com a análise de diferentes tradições de interpretação das interações da esfera do mercado com a sociedade, demonstrando a urgência de se avançar para narrativas compreensivas que reconheçam a natureza socialmente construída do mercado e da racionalidade de seus atores. Em seguida, discute-se a construção da responsabilidade social empresarial como fenômeno das organizações contemporâneas e suas implicações, dilemas e armadilhas com relação à chamada cidadania socioambiental. O discurso socialmente responsável por parte dos atores de mercado, mesmo quando acompanhado de práticas que visam a promoção efetiva da cidadania socioambiental, não necessariamente consegue romper fenômenos históricos nefastos ligados à construção precária da cidadania, como o assistencialismo, o paternalismo e o clientelismo, indicando os limites do discurso e das práticas empresariais que se projetam no espaço público e concebem para os atores empresariais privados a tarefa de promover o desenvolvimento sustentável.

Introdução

O trabalho tem como objetivo discutir a intervenção de empresas em iniciativas socioambientais, problematizando seus desdobramentos sobre a construção da cidadania e da democracia participativa. O entendimento sobre a noção de desenvolvimento sustentável passou por transformações e incorporou a democracia participativa como um elemento central e essencial para sua efetivação, tendo as ações empresariais impactos relevantes sobre essa dinâmica. Paralelamente às discussões sobre qual desenvolvimento se almeja e as condições para sua concretização, empresas têm sido levadas a repensar seus papéis nas sociedades contemporâneas por uma série de fatores que vão desde a crise dos governos, passando pela reconfiguração do espaço da política e das interações entre as esferas do mercado e da sociedade, até chegar à noção de risco e urgência no equacionamento de problemas ambientais e sociais.

Ações socioambientais de empresas assumem lugar de destaque nas discussões de diferentes correntes de estudos organizacionais. Se a partir da segunda metade do século XX as dinâmicas de relacionamento entre movimentos sociais, ambientalistas e corporações caracterizaram-se pela lógica de embate, controle e a busca de responsabilização pelos impactos no meio ambiente, nas últimas décadas assiste-se a uma proliferação do discurso de apelo à articulação entre esses atores, muitas delas balizadas por tentativas de construção de intervenções sobre os problemas socioambientais em parceria, alianças e/ou coalizões.

Essas perspectivas de ação baseadas em maior ou menor grau de colaboração entre as empresas e organizações da sociedade civil, na maioria das vezes, são entendidas por muitos dos responsáveis pela implementação de projetos de desenvolvimento sustentável como desejáveis e um claro sinal de uma construção mais madura, democrática e plural das lutas socioambientais. Ao mesmo tempo, tanto a literatura acadêmica quanto a mídia e a visão de senso comum dos indivíduos, levantam dúvidas e questionamentos sobre a natureza desses processos de colaboração entre atores do mercado e da sociedade civil. Permanecem indagações acerca de seus desdobramentos efetivos sobre o desenvolvimento sustentável, quer seja sob o ponto de vista da capacidade concreta de equacionar os problemas ambientais, quer seja quanto à construção de processos participativos e a própria consolidação da chamada

cidadania socioambiental. Em realidades como a brasileira, marcadas pelo acesso desigual aos direitos, sobretudo os ambientais, e capacidades econômicas e políticas muito diferenciadas entre atores sociais esses questionamentos assumem maior relevância e complexidade.

O entendimento dos desdobramentos das intervenções socioambientais de empresas pode descortinar os caminhos que a democracia participativa tem trilhado na construção do desenvolvimento sustentável. Para tanto, cabe compreender como e por que se dão ações de intervenção em problemas socioambientais por parte das empresas, quais são as frentes e formas de trabalho que aglutinam os atores sociais e seus interesses e quais suas implicações para a ampliação do acesso a direitos socioambientais e a construção do desenvolvimento sustentável.

Para além de dualidades: as empresas na complexidade do desenvolvimento sustentável

A discussão sobre desenvolvimento sustentável implica no pensar e repensar as interações que se estabelecem entre sociedade, estado e mercado, não só porque podem se constituem em componente fundamental na construção respostas efetivas aos problemas ambientais, mas também porque várias das alternativas de ação desenvolvidas situam-se nessas esferas, nos seus contínuos ou nos seus interstícios. No debate aparecem diferentes correntes interpretativas sobre a natureza e o papel dos sistemas econômicos e mercados, sociedade civil e Estado e sobre a racionalidade e os fundamentos morais que guiam a postura e ação dos atores que os compõem. Como nos embates sobre os problemas ambientais, algumas dessas correntes situam-se em pólos opostos e defendem não só diferentes modelos analíticos, mas formas variadas de organização da vida em sociedade. Assim como a noção de desenvolvimento sustentável, as concepções sobre a natureza do mercado e da sociedade e a racionalidade de seus atores é caracterizada por divergências teórico-conceituais tanto dentro das narrativas intrínsecas ao campo de estudos organizacionais, quanto nas interpretações de outros campos de conhecimento, como a sociologia, a filosofia e a ciência política.

É bastante usual se encontrar concepções dicotômicas entre mercado e sociedade, bem como entre interesses e posturas morais dos atores econômicos, no entendimento e no discurso de lideranças políticas, empresariais e de movimentos ambientais, ainda que em muitos casos o seu reconhecimento seja velado ou apenas implícito. Pode-se encontrar no rol de iniciativas de desenvolvimento sustentável desde ações promovidas por empresas, guiadas pela lógica competitiva dos mercados, até ações que defendem e tentam promover novas formas de organização do trabalho e geração de bens e serviços sob a égide de relações cooperativas e solidárias (Singer, 2000; Alier, 1998), além de políticas ambientais da esfera governamental que buscam difundir novas formas de cidadania socioambiental (Jacobi, 2005; Portilho, 2005; Silva-Sánchez, 2000). É fundamental se entender por onde caminham as concepções e posturas dos atores sociais e econômicos, bem como as correntes explicativas que abrem chaves importantes tanto para a compreensão dessas práticas, quanto das relações que estabelecem no âmbito do mercado e da sociedade civil e entre atores dessas duas esferas tendo como objeto o desenvolvimento sustentável.

Lévesque (2007) afirma que o pensamento econômico tradicional, fundado nos pressupostos de equilíbrio geral do livre mercado, na centralidade das transações econômicas na estruturação dos processos sociais e na racionalidade maximizadora e auto-interessada dos atores econômicos, encontra sérias limitações explicativas e é incapaz de colocar de maneira consistente a "questão do desenvolvimento sustentável no centro das preocupações" (p. 50). Sen (2000) defende a urgência de um exame crítico do que chama de "preconceito e atitude político-econômica tradicional" em favor do mecanismo de livre mercado, que precisariam ser parcialmente rejeitados e analisados não a partir de "alguma forma grandiosa geral" que justificaria "submeter tudo ou negar tudo ao mercado" (p.148-149). Como argumenta Abramovay (2004), não se trata de "diabolizar" o mercado, instituição que ocupa lugar central

no capitalismo, nem tampouco remeter a ele o caráter de "solução universal, mágica, a todo e qualquer problema da coordenação humana em sociedades descentralizadas" (p.13).

Diferentes lógicas de ação ou tentativas de justificação das formas para redução de incertezas nas interações sociais foram idealizadas ao longo do pensamento humano. Para a Boltanski & Chiapello (2002), essas lógicas podem ser representadas por metáforas com relação à cidade, sendo o mercado mais uma das formas de organização, dentre várias outras criações sociais, cuja constituição e legitimação é relativamente recente. Apesar de na contemporaneidade outras metáforas se apresentarem, o status do mercado como vetor estruturador de racionalidades e lógicas de ação ainda é central em vários campos de conhecimento, sobretudo na ciência econômica dominante.

A visão que se tornou dominante na teoria econômica baseia-se no pressuposto de que a interação livre e/ou espontânea entre os atores econômicos é capaz de produzir resultados social e ambientalmente relevantes e que quaisquer bloqueios a essa dinâmica, por fatores de natureza política, cultural e/ou ideológica, implicariam em falhas de mercado e ineficiências prejudiciais ao funcionamento da economia e da própria sociedade (Abramovay, 2004). Autores como Lévesque (2007) advogam a necessidade de se ultrapassar os modelos explicativos inerentes às ciências econômicas, promovendo uma aproximação mais profunda com outros campos de conhecimento ou mesmo a fundação de um novo campo de conhecimento. Isso permitiria se entender de forma mais consistente os processos nos quais atores do mercado (empresas) e da sociedade civil estabelecem interações em torno de agendas responsáveis: "(...) a economia social fornece alguns princípios e regras que poderiam estabelecer um ponto de partida para se pensar de forma realista o desenvolvimento sustentável e uma economia socialmente responsável." (Lévesque, 2007, p. 58).

Para Abramovay (2004), a crítica aos pressupostos tradicionais da economia não pode resultar apenas na incorporação de elementos sociais e políticos como variáveis exógenas ao modelo compreensivo, como o fazem até mesmo os esquemas interpretativos de equilíbrio geral da economia neoclássica, mas deve levar a uma nova compreensão dos próprios elementos constitutivos do que se concebe sobre a natureza e o funcionamento dos mercados e da sociedade. Por outro lado, como aponta Lévesque (2007), "(...) a crítica da ciência econômica pela sociologia de inspiração durkheiminiana, ou inversamente, da sociologia pela ciência econômica apenas conseguiram banalizar ambas. Tal operação teórica apenas interpreta uma "cidade" – a mercantil – no caso da ciência econômica, por uma outra, a "cidade cívica", no caso da sociologia durkheiminiana" (p. 54). Assim, trata-se de engendrar um construto interpretativo capaz de se contrapor às dicotomias mercado e sociedade, competição e solidariedade, ação auto-interessada e altruísmo, substituindo-as por modelos analíticos que partem do princípio de que as ações e interesses dos atores econômicos são socialmente construídos.

Abramovay (2004) argumenta que os estudos sob essa matriz teórica podem fazer frente a um verdadeiro "imperialismo econômico" na compreensão das posturas e dos atores no mercado, ultrapassando fronteiras disciplinares e permitindo uma melhor compreensão da constituição dos mercados como processos sociais. Para o autor, não cabe apenas questionar a racionalidade ampla e auto-interessada dos atores nos sistemas econômicos, negando ou nuançando os pressupostos de auto-interesse ou egoísmo como únicos e inerentes à postura e ação dentro dos sistemas econômicos, mas a própria concepção dos mercados como fenômenos com dinâmica própria, diferenciada e distante das outras esferas da vida em sociedade: "a racionalidade dos atores pode ser condição necessária, mas nem de longe suficiente para a ação, pois a conduta dos indivíduos e dos grupos só se explica socialmente (...)." (p.2).

Segundo Lévesque (2007) seria preciso romper o pressuposto de que as atividades econômicas, inclusive das empresas privadas, resumem-se às trocas mercantis, ampliando o

entendimento de formas de relacionamento e interação entre atores que são fundadas em outras dinâmicas sociais: "(...) o campo das práticas econômicas é ampliado para incluir não somente as atividades mercantis, mas igualmente as atividades não mercantis (a redistribuição) e não monetárias (a reciprocidade) (...)" (p. 52). Possibilidades explicativas de vários fenômenos ligados ao desenvolvimento sustentável podem ser encontradas na Nova Sociologia Econômica segundo Lévesque (2007). As correntes que compõem a Nova Sociologia Econômica, apesar de suas diferenças interpretativas, comungam da concepção de que "os mercados não são entes abstratos, neutros e impessoais que a tradição "engenheira" – em oposição à tradição ética – da ciência econômica quis deles fazer" (Abramovay, 2004, p.8). Além disso, permitem a inserção da discussão sobre questões éticas e suas variantes modernas, como a Responsabilidade Social Empresarial, o controle social sobre instituições, a transparência e o envolvimento de partes interessadas dentro de lógicas explicativas que não se resumem ao econômico, mas dialogam mais profundamente com o político e o social.

Mercados, Estado e Sociedade Civil: rumo à complexidade das interações entre atores

Sob essa perspectiva, não cabe entender os fenômenos e configurações dos mercados e do capitalismo contemporâneo sem se recorrer aos desdobramentos recíprocos no campo das sociabilidades e da articulação política entre os atores da sociedade. Para Beck (1997), umas das transformações centrais das últimas décadas seria o papel central que a noção de risco passa a assumir na sociedade, compondo a chamada "Modernização Reflexiva". Segundo Sennett (2006) e Bauman (1999), a partir da crise do Estado de Bem-Estar Social vão gradativamente desaparecendo não só políticas públicas, mas também discursos e formas de sociabilidade pautadas na previsibilidade para diferentes segmentos da sociedade. Em seu lugar estabelecem-se dinâmicas econômicas e de interação social nas quais a incerteza e a imprevisibilidade assumem lugar central. Isso se manifesta com destaque nas relações de trabalho, ou seja, no mercado de trabalho, mas não se circunscreve a esse espaço, atingindo diferentes campos da vida em sociedade. Os problemas ambientais e todas as ameaças à continuidade da vida humana no planeta também se somam ao rol das incertezas que pautariam a sociabilidade contemporânea, resultando em um mosaico complexo de uma verdadeira "sociedade de risco" (Jacobi, 2005).

Essa perspectiva denota a urgência de se romper a dicotomia entre técnica e política, tão cara aos modelos tradicionais de pensamento econômico, e enxergar os entrelaçamentos entre as agendas políticas e econômicas não só como esferas que se cruzam ou se encontram, mas como um mesmo campo da vida em sociedade. "O crescimento dos riscos revela os limites da racionalidade tecnocientífica e a necessidade de uma racionalidade social e ética, se quisermos que o futuro não seja moldado por cegos. Essa escalada dos riscos dá igualmente uma dimensão política a campos considerados apolíticos até algum tempo atrás, como é o caso do meio ambiente." (Lévesque, 2007, p. 50).

As novas orientações de governo que geraram a desconstrução do Estado de Bem-Estar Social estão associadas à ascensão do ideário neoliberal como pensamento dominante no campo econômico, mas segundo Cohen & Arato (1994), os princípios neoliberais, que denominam de "neocorporativistas" não se resumem a novas formas de gestão macroeconômica, mas abrangem também novas racionalidades políticas, modelos de democracia e referências para as interações entre as esferas governamental, do mercado e da sociedade. Conjuntamente com a defesa, na maioria das vezes extremada, do estado como simples regulador das atividades econômicas e das virtudes do equilíbrio macroeconômico advindo do livre mercado, a sociedade civil passa a ser concebida como tendo um papel peculiar nesse modelo. Da mesma forma que a livre competição estruturaria a dinâmica dos mercados, as relações sociais seriam pautadas pela competição política por recursos materiais e simbólicos entre diferentes atores, resultando em uma balança de poder vista como

desejável e vital para a consolidação dos procedimentos e instituições tradicionais da democracia representativa (Mieglievich & Coutinho, 2007; Cohen & Arato, 1994).

No entanto, essa concepção de sociedade civil e dos grupos que se organizam no seu âmbito é contestada por outras correntes teóricas, que ora enxergam nos movimentos sociais novas formas de democracia, para além dos procedimentos representativos tradicionais (Santos, 2000), ora denunciam o caráter de verdadeiro "amortecedor" dos problemas socioambientais presente nas iniciativas oriundas da sociedade civil, que estariam submetidas a uma lógica dominante e perversa pautada em um estado mínimo desonerado de responsabilidades com o bem público e na expansão da lógica competitiva capitalista para outras esferas da vida em sociedade (Arrellano-López & Petras, 1998). Para autores como Montaño (2002) e Paula (1997), Terceiro Setor e Organizações Não-Governamentais (ONG's) são neologismos surgidos na esteira do processo de expansão da lógica neoliberal de condução dos governos das economias capitalistas centrais. Por detrás da discussão, cada vez mais intensa, sobre a importância das ONG's, estaria implícita a idéia de que os problemas sociais e ambientais deveriam ser resolvidos a partir da lógica do mercado, ou melhor, do encontro e da ação dos diversos atores no espaço das trocas econômicas.

Como destaca Levésque (2007, p. 50), "tudo se passa como se neoliberalismo sem querer tivesse contribuído para a reabilitação da sociedade civil, sem eliminar no entanto a necessidade de instâncias governamentais de regulação". Para o autor, a crise que se instaura a partir de 1975 e culmina com a ascensão do ideário neoliberal não se inscreve somente no Estado, mas remete fundamentalmente à díade Estado-mercado. Independentemente do papel da sociedade civil ser interpretado como emancipatório e promotor de uma sociedade igualitária e democrática ou como de reedição de antigas formas de conservadorismo e exclusão sob o manto da sociedade livre, uma constatação parece ser evidente, a centralidade que as manifestações da esfera pública e da sociedade organizada assumem no contexto atual. "Enfim, se díade Estado-mercado havia relegado a sociedade civil ao segundo plano em favor da solidariedade abstrata da redistribuição realizada pelo Estado, as novas regulações e as novas formas de governança que lhe são associadas apóiam-se doravante na sociedade civil, no engajamento cidadão e nos stakeholders." (Lévesque, 2007, p. 51).

Responsabilidade Social Empresarial: para além dos *stakeholders*

Projetos voltados ao desenvolvimento sustentável por parte de empresas têm assumido um papel de destaque no cenário empresarial contemporâneo, através de grande exposição na mídia e mesmo da presença nos debates acadêmicos, inclusive naqueles do campo das chamadas ciências gerenciais. Esse fenômeno observado no cenário de negócios brasileiros parece acompanhar tendência que também se manifesta nos países capitalistas avançados.

Se a centralidade atribuída aos projetos ambientais de empresas pode representar um avanço da agenda das organizações privadas brasileiras, por outro lado, deve-se atentar para o fato de que muitas estratégias e técnicas de gestão de responsabilidade socioambiental inspiram grandes debates, críticas e controvérsias. Ao mesmo tempo em que o debate sobre a relevância de projetos socioambientais implementados por empresas se desenvolve, novos termos e expressões são veiculados, tentando imprimir novas concepções e abordagens às antigas estratégias de intervenção nos problemas da comunidade e no relacionamento com as partes interessadas nas atividades empresariais. Dentre essas novas terminologias, destacam-se "Cidadania Empresarial", "Responsabilidade Social de Empresas", "Filantropia Empresarial" e "Investimento Social Empresarial". Outra expressão, que parece assumir grande centralidade é *Stakeholders*, concepção que inspiraria as corporações a orientar suas atividades e estratégias para o atendimento de outras partes interessadas nas suas atividades, que não somente os proprietários ou acionistas. Essa tentativa de conciliação e até mesmo convergência de interesses entre todas as partes interessadas desperta debates relevantes, quer

seja dentro das próprias discussões sobre a chamada Teoria dos *Stakeholders*, apontando limitações e falhas que precisam ser superadas através de novos avanços teórico-conceituais (Dunham, Freeman & Liedtka, 2006), quer seja por críticas de fora deste construto teórico, que advogam sua superação nos estudos organizacionais (Weiss, 1995).

Segundo Donaldson & Preston (1995), três linhas interpretativas podem ser encontradas nos estudos no campo da Teoria dos *Stakeholders*: descritiva, instrumental e normativa. Os autores assumem incisiva defesa da abordagem normativa, defendendo o crescente envolvimento das partes interessadas na dinâmica das empresas. Para Weiss (1995), pode-se afirmar que a Teoria de *Stakeholders* goza do status de paradigma no campo dos estudos organizacionais sobre responsabilidade social empresarial, consistindo não apenas em um modelo explicativo e normativo de ação empresarial, mas também um sistema geral de idéias e pressupostos, exemplos padrão e assertivas. Apesar disso, segundo o autor, os fundamentos teórico-conceituais que estruturam a interpretação da postura e ação empresariais baseados na noção de *stakeholders* permanecem pouco discutidos, debatidos, problematizados e criticados. Para o autor, um primeiro problema reside na intercambialidade das expressões empresa e corporação, assumidas em grande parte da literatura sobre *stakeholders* como sinônimas, obscurecendo o fato de que os proprietários e não a empresa em si que está no centro da rede de interesses que compõem a organização privada. Além disso, a Teoria de *Stakeholders* seria marcada por um "argumento de circularidade" quanto à legitimação das corporações no sistema capitalista, visto que a corporação existe por que instituições capitalistas a legitimam e portanto, não precisariam dos stakeholders para tal. Os proprietários teriam responsabilidade junto aos *stakeholders*, que legitimariam a empresa, no entanto, para que a corporação tenha responsabilidade tem que ser legitimada pelo capitalismo. Ao criar obrigações morais, legitima a corporação no capitalismo, mas se legitimam as obrigações, legitimam a corporação, que só existe porque as instituições capitalistas a legitimam. Enfim, a Teoria dos *Stakeholders* já parte da idéia de legitimidade da corporação, para depois dizer que ela está em xeque, mas para reforçá-la novamente.

Mas a crítica mais incisiva de Weiss (1995) parece residir no fato de que as abordagens sobre *stakeholders* não colocam em questão a natureza do capitalismo contemporâneo, com a expansão de grandes corporações globais, com capacidades e recursos concentrados e das próprias interações sociais a partir dos princípios utilitaristas da teoria econômica neoclássica, apesar de paradoxalmente negar o utilitarismo. Ao partir do princípio que as empresas e os mercados são formados por nexos de interesses voluntários, a Teoria do *Stakeholders* justificaria o próprio comportamento auto-interessado, apesar de pretender ou afirmar reprimi-lo e negá-lo.

Jones (1999) identifica na "administração de *stakeholders*" os antecedentes institucionais para que o discurso, bem como a prática, da responsabilidade social empresarial sejam construídos. Para o autor, essa seria condição necessária, mas não suficiente, visto que os decisores nas empresas precisariam desenvolver valores compatíveis com a abertura e o interesse em se responsabilizar pelos impactos e desdobramentos gerados pela organização privada sobre as partes interessadas. Além da dimensão dos indivíduos, Jones (1991) afirma que os chamados níveis sociocultural, nacional, do setor empresarial e da própria empresa também precisariam avançar no sentido de reconhecer e dialogar com os *stakeholders*. Apesar de reconhecer dimensões que extrapolam a racionalidade dos indivíduos, percebe-se que grande parte da literatura dedicada ao campo que se convencional denominar de Ética nos Negócios tem um porte apelo normativo, que resulta com freqüência na recomendação de educação e conscientização dos gestores (Donaldson & Preston, 1995; Freeman & Reed, 1983).

Para Kreitlon (2004), três correntes podem ser encontrados nas discussões sobre responsabilidade social empresarial e seus temas correlatos, incluindo a Teoria de

Stakeholders, a saber: Ética nos Negócios ("Business Ethics"); Negócios & Sociedade ("Business & Society"); e Gerenciamento das Questões Sociais ("Social Issues Management"). Enquanto a primeira corrente seria a precursora desse campo de estudos, com marcada natureza normativa, a segunda vertente procuraria incorporar variáveis sociopolíticas e contratuais (no sentido de interações sociais), ao passo que a terceira perspectiva focaria suas análises na gestão estratégica da ética empresarial, com forte caráter instrumental. Apesar dessas correntes de pensamento partirem pressupostos e dialogarem com campos de conhecimento distintos nenhuma delas parece se constituir em um campo de investigação independente e unificado, visto que muitas vezes os elementos conceituais de uma vertente são empregados por outra, e vice-versa.

Outra abordagem, ainda que se coloque em oposição a toda a construção teórico-conceitual das três anteriores, que se faz presente nas discussões sobre as responsabilidades empresariais fundamenta-se na visão da economia neoclássica sobre a natureza da firma. Friedman (1970) é citado com freqüência como exemplo da forte defesa da idéia de que as responsabilidades das corporações se esgotam em seus *shareholders* ou *stockholders*, idéia central para a perspectiva neoclássica. As iniciativas que visam maximizar lucros dos acionistas e proprietários, dentro dos rigores da lei, constituiriam a responsabilidade social da empresa e seus gestores. Para o economista americano, ofertar bens e serviços e gerar empregos já esgota a responsabilidade da empresa com a sociedade. Ultrapassar esse ponto seria intervir em esferas diferentes do mercado, sobrepondo desnecessariamente papéis com o Estado e a sociedade civil organizada, o que geraria ineficiências econômicas prejudiciais ao satisfatório e necessário funcionamento do mercado. Qualquer alteração nessa dinâmica de comportamento auto-interessado dos atores no livre mercado poderia incorrer em ineficiências que ao final penalizariam toda a sociedade. Por sua vez, os cidadãos, assumidos como consumidores - pressuposto conceitual partilhado por algumas abordagens não neoclássicas, principalmente a "Social Issues Management" -, são tidos como capazes de regular o comportamento imoral dos agentes econômicos. Essa perspectiva desperta críticas decisivas, que vão desde a constatação que dinâmicas de concorrência imperfeita marcam a realidade de vários mercados, passando pelo reconhecimento de que resultados da responsabilidade social empresarial trazem ganhos competitivos e de lucratividade às empresas, até alcançar a visão limitada sobre a racionalidade dos atores econômicos (nunca puramente guiados pelo auto-interesse) e as implicações de uma sociedade fundada nas relações de mercado.

A abordagem da Ética nos Negócios, inspirada por contribuições do campo da filosofia moral, ressalta a relevância dos valores e julgamentos morais dos atores econômicos, muitas vezes entendidos como indivíduos inseridos nas organizações, e em sua capacidade e responsabilidade em assumir deveres morais. Apesar de vários autores dessa corrente considerarem diferentes perspectivas dos estudos éticos na filosofia, como por exemplo as noções de ética convencional, consequencialista e deontológica (Schwartz & Carroll, 2003), a presença de apelos normativos a partir dos imperativos categóricos kantianos é marcante nas discussões, sobretudo pelo caráter normativo das análises nessa abordagem. Outro traço marcante é a centralidade atribuída à formação moral dos gestores, como estratégia para a difusão de práticas de responsabilidade social empresarial. Com isso, faz-se uma contraposição à "mão invisível" dos mercados, bem como à regulação da "mão do governo" (Galbraith, 1986), perspectivas que rejeitam uma idéia central para a Ética nos Negócios: a de que os as empresas possam ter julgamento moral independente. No entanto, para Weiss (1995), essa parece ser uma das grandes debilidades dessa corrente, na medida em que não reconhece que valores e instituições são socialmente construídos, acabando paradoxalmente por consolidar os fundamentos do mercado e suas dinâmicas de racionalidade auto-interessada como pilares inquestionáveis da sociedade contemporânea.

O reconhecimento das instituições sociais que permeiam e dão sentido às atividades empresariais está no cerne da corrente Negócios & Sociedade. Nesse aspecto, um pressuposto central é o de que a legitimidade das empresas deriva dos papéis que exercem e das expectativas que inspiram junto a sociedade. Relações de poder entre partes interessadas e corporações resultariam idealmente em controle dos abusos econômicos e da própria concentração de poder em conglomerados empresariais. Nessa abordagem, de caráter eminentemente sóciopolítico, a sociedade é trazida para o primeiro plano das discussões e deixa de se assumida como mera beneficiária das virtudes morais desenvolvidas pelas empresas, como ocorre nas discussões normativas da Ética nos Negócios.

A perspectiva do Gerenciamento de Questões Sociais fundamenta-se nitidamente no utilitarismo, com destacada concepção instrumental da responsabilidade social empresarial. Para Jones (1996), três pressupostos balizam essa abordagem, a saber, a empresa pode tirar proveito de vantagens de mercado se antecipando a mudanças de valores da sociedade; posturas e ações socialmente responsáveis se constituem em vantagens competitivas para as corporações; e a proatividade permite a antecipação de mudanças na legislação e nas exigências de diferentes formas de controle social, trazendo impactos positivos para o empreendimento no longo-prazo. Segundo Logsdon (1988), essas concepções comungam das mesmas crenças do pensamento neoclássico, na medida em que reafirmam que o único interesse legítimo da empresa é perseguir seus próprios interesses fundantes, o crescimento e a lucratividade, e consolidam a idéia de que os atores econômicos são movidos pelo estrito auto-interesse, racionalidade instrumental e sentido de utilidade.

Ações socioambientais empresariais: armadilhas e impasses na construção da cidadania

O que parece estar em curso, no âmbito da responsabilidade social empresarial, quer seja nos países capitalistas avançados, quer seja em países como o Brasil, é a construção de um discurso de ruptura com o passado e a construção de estratégias que modernizariam práticas empresariais voltadas à responsabilidade pelos problemas sociais e ambientais e seu combate através de iniciativas de origem no capital privado.

Como destaca Decca (1996), ações sociais desenvolvidas por empresários remontam aos primórdios do capitalismo, sobretudo no momento da Revolução Industrial, quando homens de negócios passaram a praticar benesses à comunidade de maneira mais regular. Para determinadas organizações que têm como finalidade difundir novos valores e abordagens quanto à Responsabilidade Social Empresarial, como o Instituto ETHOS e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) no Brasil, essas primeiras intervenções de homens de negócios nos problemas comunitários eram marcadas por um profundo assistencialismo, paternalismo e caracterizariam o que se convencionou chamar com forte viés negativo de filantropia empresarial no Brasil, característica que deveria ser abolida da moderna intervenção das empresas sobre os problemas socioambientais. Cabe lembrar que, apesar da máxima de Henry Ford, "*uma empresa deve viver na comunidade e não da comunidade*", declaração que poderia demonstrar sensibilidade e preocupação com o relacionamento com a sociedade, as práticas de gestão fordistas foram marcadas pela ênfase no controle da mão-de-obra e por uma intervenção comunitária marcada pela difusão de valores morais rígidos e disciplinadores dos "desorganizados e fadados à miséria" (Beynon, 1995).

Para Paoli (2002) e Garcia (2004), apesar de várias iniciativas empresariais no Brasil contemporâneo negarem o víeis filantrópico e assistencialista de suas ações junto aos problemas sociais e ambientais, ele perdura sob novas roupagens nas iniciativas e intervenções socioambientais de empresas, mesmo entre aquelas que têm se articulado nos últimos anos em associações e grupos voltados à discussão e difusão de práticas e estratégias que se auto definem como avançadas e modernizadoras da ética empresarial e dos investimentos sociais de origem no capital privado.

Nas duas últimas décadas, concepções sobre o desenvolvimento de projetos socioambientais passaram a integrar o repertório das estratégias organizacionais de grandes empresas. Se antes as idéias de filantropia e assistencialismo guiavam os projetos, agora se tenta introduzir abordagens nas quais indivíduos e comunidades que são alvo das intervenções dos projetos sejam concebidos como "sujeitos ativos" do processo, caminhando-se para a noção de parceria ou aliança entre empresa e comunidade (Meirelles, 2005).

As abordagens mais recentes encontradas na literatura sobre a concepção e implantação de projetos socioambientais por parte de empresas partem do pressuposto de que não só a comunidade pode ter grandes ganhos com o suporte empresarial, mas também que as organizações privadas podem se tornar mais produtivas e competitivas à medida em que desenvolvem ações sociais. Dentro dessa concepção, critérios como noção de indivíduo, transferência e aprendizagem gerencial-tecnológica entre as partes, sustentabilidade do projeto e capacidade de equacionamento dos problemas socioambientais, dentre outros, se transformariam totalmente em relação às práticas tradicionalmente construídas pela intervenção empresarial nos problemas sociais e ambientais.

O primeiro aspecto significativo é que o paternalismo que caracterizava a relação entre empresa e população assistida pelos projetos socioambientais teria dado lugar à idéias e práticas como parceria, envolvimento de *stakeholders*, alianças e co-responsabilização. Assim, os projetos passariam a ser concebidos e desenvolvidos em conjunto com as comunidades assistidas, procurando partilhar ações, custos e soluções a serem implementadas. Comunidades locais assumiriam status de parceiro privilegiado entre os *stakeholders*.

Haveria se modificado também a concepção quanto à relação de aprendizagem entre empresa e comunidade. Anteriormente, a idéia dominante era a de que os indivíduos pertencentes a determinada comunidade desfavorecida seriam incapazes de extrapolar sua condição de miséria e exclusão social. Isso os colocava na posição de assimiladores passivos das soluções tecnológicas e gerenciais fornecidas pelas empresas quanto aos problemas socioambientais (Costa, 2002). No entanto, os defensores de uma perspectiva modernizadora do investimento socioambiental de empresas afirmam que atualmente a relação com a comunidade pode ser extremamente frutífera para a empresa, visto que formas criativas, de baixo custo e mais adequadas às realidades sociais específicas podem surgir do contato entre gerentes e funcionários com indivíduos "empreendedores", pertencentes às comunidades atendidas pelos projetos socioambientais. Assim, a aprendizagem tecnológica e gerencial se daria em via de mão-dupla na relação entre organização e sociedade. Tal concepção desperta vários debates e controvérsias, uma delas é a de que grandes corporações transnacionais, com grande poder político, econômico e mesmo simbólico, sobretudo junto às sociedades de consumo de massa, assimilariam saberes tradicionais e locais em um processo denominado por Shiva (2001) de "biopirataria", sem as contrapartidas esperadas para comunidades e também ampliando a dominância de relações de mercado para bens e esferas da vida antes caracterizados pela sua natureza pública e coletiva.

Outra idéia dominante é a de que os projetos não podem caracterizar-se pela extrema dependência de uma única fonte de financiamento externa, devendo caminhar para a auto-sustentação no médio e longo-prazos. Esse seria um ponto fundamental para o rompimento das práticas assistencialistas, pois se partiria da idéia não de gastos caritativos a fundo perdido, mas da alocação de investimentos que devem ser multiplicados através do seu gerenciamento adequado (Pereira, 2001), contando para isso com sistemática adoção de técnicas de gestão empresarial para a captação de recursos (GIFE, 2001).

No entanto, o questionamento mais relevante diz respeito à possibilidade de avanço da cidadania socioambiental através do provimento de políticas públicas por agentes privados, cujos interesses e/ou resultado das ações voltam-se para o aumento do comprometimento com

o trabalho por parte de seus trabalhadores e para a melhoria da imagem junto à seus *stakeholders*, podendo resultar em maior dependência do que emancipação (Faria, 2000).

Outra crítica relevante associada à intervenção empresarial em problemas socioambientais diz respeito aos próprios pressupostos segundo os quais são construídos os modelos de intervenção. Ainda que as possibilidades de ganhos compartilhados entre comunidade e setor privado apontem cenários atrativos para o investimento socioambiental de empresas, grande parte da literatura gerencial sobre *stakeholders* distancia-se da idéia do conflito como estruturante das relações sociais. Ainda que parte da literatura reconheça a existência de conflitos, implicitamente difunde-se a possibilidade de convergência harmoniosa de interesses em torno dos problemas socioambientais específicos, cuja luta pelo avanço dos direitos ambientais seria também empreendida pelas corporações privadas e mitigando ou até mesmo eliminando conflitos estruturais.

Conceber a provisão de políticas socioambientais através de agentes privados implica em caminhar em direção ao mercado como instância reguladora do acesso a direitos, fato questionável tanto do ponto de vista teórico-conceitual, como já foi visto anteriormente, quanto do ponto de vista material, sobretudo em se tratando da sociedade brasileira, marcada por constrangimentos estruturais à construção da cidadania e do acesso igualitário a direitos.

Além disso, a modernização do discurso quanto a responsabilidade socioambiental não necessariamente leva ao mesmo reordenamento nas posturas e práticas cotidianas das empresas. Discurso e prática podem se distanciar, negando-se um ao outro e encobrindo o fato de que os fundamentos da intervenção empresarial nos problemas socioambientais na prática podem não romper as estratégias anteriores (Garcia, 2004; Paoli, 2002).

Na verdade, sob o pano de fundo da modernização dos projetos socioambientais de empresas podem se refugiar práticas tão nocivas quanto as anteriores. Exemplos disso podem ser detectados no fato de ser bastante freqüente no discurso empresarial a negação do assistencialismo. No entanto, em termos concretos, o resultado é a eliminação de qualquer tipo de mecanismo que implique em repasse de bens ou serviços à comunidade sem contrapartidas diretas. No cenário brasileiro, marcado por uma faixa significativa da população abaixo da linha de pobreza, essa estratégia pode implicar em maior exclusão do que inclusão. Quando se trata de populações em situação de grande carência material a difusão da idéia de trocas contínuas entre atores sociais para alcance de direitos pode resultar numa assimilação incompleta do conceito de cidadania, reforçando práticas clientelistas, assistencialistas e/ou a difusão implícita ou explícita da perspectiva de que as relações sociais devem ser fundadas sob racionalidades utilitaristas (Garcia, 2004; Paoli, 2002).

Para Rondinelli & London (2003), as discussões sobre articulações entre empresas e organizações da sociedade civil sobre questões socioambientais ora são vistas como um tipo completamente novo de colaboração pelos gestores empresariais, ora como submetidas à mesma lógica típica das alianças empresarias. Para os autores, é fundamental se avançar para além dessas dicotomias, analisando como se processam essas interações e quais os seus desdobramentos sobre as estratégias de gestão empresarial. Resultados de investigação sobre essas parcerias levadas a cabo pelos autores indicam que algumas características são semelhantes às tradicionais alianças empresariais, mas se manifestam também relevantes diferenças, ainda pouco exploradas pelos estudos organizacionais. Poderiam ser observadas três diferentes dimensões de colaboração entre empresas e organizações da sociedade civil sobre questões socioambientais: relacionamentos "arm´s-length", colaborações interativas e alianças intensivas. Enquanto a primeira e a segunda categorias envolvem interações de baixa e moderada intensidade respectivamente, na terceira seriam encontradas não só alianças muito intensas, mas com alto grau de formalização.

Rondinelli & London (2003) assumem que as empresas consideram fortemente os custos relacionados a crises de reputação, advindos de pressões de grupos externos. Uma das

motivações seria a neutralização de atores conflitivos em relação à empresa. Para os autores, os temores da empresa na parceria podem estar relacionados ao fato das organizações da sociedade civil descobrirem suas debilidades operacionais e levá-las a público, através de intensos "ataques de *advocacy*". Por outro lado, organizações da sociedade civil correm o risco de sua reputação e, portanto, sua legitimidade e credibilidade, serem utilizadas para certificar práticas empresariais questionáveis do ponto de vista ambiental.

Segundo Rondinelli & London (2003), para aumentar o grau de confiança e credibilidade na relação, o caminho seria a identificação de projetos específicos nos quais se necessita de suporte externo à organização. Essa perspectiva acaba por reproduzir uma visão na qual interações relevantes para o desenvolvimento sustentável se concentram em problemas pontuais e/ou projetos específicos, deixando de lado temas estruturais e que não dependem apenas da ação das organizações que se lançam a cooperação. Além disso, situações de conflito são assumidas como indesejáveis e improdutivas, a menos que se manifestem dentro do fluxo de cooperação das alianças. Essa visão pode acabar por reforçar a idéia de uma sociedade focada em micromudanças, subtendendo-se que caberia ao Estado ou outras organizações internacionais o combate aos problemas estruturais do meio ambiente.

Os autores não desenvolvem uma discussão centrada em variáveis políticas que afetam o modelo, partindo de uma visão econômica da relação, o que torna o modelo fragilizado na compreensão de diferentes motivações e interesses sobre as relações colaborativas entre empresas, governos e sociedade civil. Muito focado no auto-interesse dos atores, o modelo parece indicar que parcerias intensivas são ideais para as interações das empresas com outros atores da esfera não-governamental, no entanto, nesse tipo de parceria não há a presença do governo. Além disso, as organizações da sociedade civil aparecem como fornecedoras de soluções para os problemas empresariais, podendo se transformarem em instituições especializadas em bens concretos, perdendo o foco em lutas socioambientais mais ampliadas, muitas vezes marcadas pelo conflito com as empresas. Outro aspecto criticável do modelo se fato ao fato de pouco se discutir sobre comunidade, que só apareceria nos relacionamentos de baixa intensidade. Como se pressupõe trocas de conhecimento entre detentores de conhecimento formal, como por exemplo, especialistas de empresas, os saberes tradicionais da comunidade podem ser desconsiderados ou então, capturados pelos corpos técnicos das organizações privadas.

Para Costa (2002), as empresas privadas distribuem seus investimentos socioambientais em três esferas diferenciadas. No primeiro nível, os esforços estão voltados para o público interno da empresa, sendo característica deste tipo de investimento a melhoria das condições de trabalho, da estrutura salarial e de benefícios aos empregados, da alimentação fornecida, dentre outros fatores. No segundo patamar, a organização privada destina recursos e ações para o público localizado no entorno de suas atividades. A comunidade local passa a ser o alvo do investimento privado, sendo comum a construção e a manutenção pela empresa de áreas de esporte e lazer, escolas e outras instalações de provisão de políticas sociais, com restrições maiores ou menores quanto ao público beneficiário. No terceiro nível de ação social empresarial, recursos e ações são focalizados na luta por direitos sociais, independentemente do público-alvo das conquistas estar ou não ligado diretamente à organização ou às comunidades nas quais opera. Nesse patamar de intervenção das empresas nos problemas socioambientais, as ações concentram-se em campanhas de conscientização e informação junto à população, grupos formadores de opinião e diferentes instâncias de decisão sobre políticas públicas.

Para Costa (2002), o padrão desejável de intervenção das empresas nos problemas sociais deve se dar no terceiro nível: a luta por direitos. Avanços mais efetivos na luta por direitos seriam alcançados, ao passo que retornos significativos seriam obtidos pelas

empresas, na medida em que associariam sua imagem de maneira duradoura a campanhas de defesa de direitos, cujo alvo principal são públicos formadores de opinião.

O que se percebe são possibilidades de ganhos bem como armadilhas nos diferentes níveis de investimento socioambiental privado. Atuar na defesa de direitos mais amplos pode reduzir a dependência das comunidades locais em relação à intervenção das empresas, no entanto caminha-se para uma esfera de ação mais ideológica, no qual interesses, racionalidades e concepções entram em choque sobre a construção de consensos em torno de direitos socioambientais. Ao mesmo tempo em que esse espaço de embate simbólico pode servir para aprofundar a cidadania e a articulação entre grupos com interesses diferenciados, pode também incorrer na captura por atores sociais mais organizados e dotados de maiores recursos no jogo político.

Outro aspecto complicador da atuação social das empresas é que muitas vezes o investimento socioambiental privado não se desenvolve tendo os níveis de ação de Costa (2002) como etapas evolutivas, ou seja, pode-se caminhar para intervenções no terceiro nível sem que ações consistentes aconteçam no primeiro e segundo níveis. Se com as transformações no mundo do trabalho ocorridas nas últimas décadas os trabalhadores viram várias de suas conquistas sociais retrocederem (Antunes, 1999), estratégias mais recentes de gestão têm se pautado pelo frequente recurso a demissões em massa e terceirizações (Sennett, 2006), que acentuam a debilidade das conquistas sociais na esfera das políticas organizacionais internas. Sendo assim, investimento socioambiental comunitário e em defesa de direitos ampliados pode conviver com retrocessos nas condições de trabalho, na estrutura salarial, na participação dos trabalhadores nos processos decisórios das corporações, dentre outros aspectos das práticas gerenciais internas (Teodósio, 2000). Isso pode gerar sérios problemas em termos de avanços de posturas individuais e coletivas ambientalmente mais corretas, gerando resistências explícitas e implícitas a propostas de proteção ambiental que podem parecem mais preocupadas com o ambiente externo (meio ambiente) do que com os ambiente interno da organização.

Esse tipo de ação socioambiental pode gerar efeitos complicadores para as organizações privadas no futuro, resultando em maior pressão dos movimentos sociais sobre suas práticas trabalhistas (Litvin, 2003; Klein, 2002). Permanece a dúvida quanto à efetividade dessas intervenções e sua capacidade de promover bases consistentes para um reordenamento das agendas de desenvolvimento. Diante desse quadro, a construção da cidadania através da ação socioambiental das empresas pode operar de maneira cindida, elegendo parcelas da população e do meio ambiente como alvo de suas políticas e relegando a um segundo plano outros grupos sociais, comunidades e/ou recursos naturais. O paradoxo é que a cidadania pode chegar a grupos historicamente excluídos do processo de construção dos direitos no país, como trabalhadores agrícolas, mulheres, ribeirinhos e crianças, enquanto os grupos anteriormente "premiados" por essas conquistas, como os trabalhadores urbanos, vêem seus direitos, inclusive os de acesso aos bens públicos ambientais, serem gradativamente debilitados. Manifestam-se novamente os dilemas do papel empresarial nas políticas, programas e projetos socioambientais, reforçando-se a necessidade de que o investimento social privado, quer seja realizado por ONGs ou empresas, seja visto como complementar e/ou não substituto à ação do Estado. Caso isso não ocorra, grupos menos organizados, desempoderados ou cujas demandas ambientais não tenham visibilidade na mídia correm o risco de serem preteridos na provisão de políticas.

Essa complementariedade entre Estado, sociedade civil e capital privado não implica assumir a idéia de convergência de interesses entre essas esferas. Além disso, não se deve perder de vista o fato de que articulações virtuosas para a provisão de políticas socioambientais poderiam ser estabelecidas entre governo, ONGs e empresas, desde que

sejam respeitados os princípios estruturantes do desenvolvimento sustentável, sobretudo com relação ao respeito a autonomia política e tecnológica das comunidades locais.

A articulação entre empresas e organizações da sociedade civil aparece muitas vezes na literatura sobre *stakeholders* e no discurso de lideranças empresariais como elemento automático de modernização das instituições não-lucrativas, sendo destacados apenas os fatores positivos em torno dessa aproximação. Um dos pontos mais discutidos é a profissionalização dos quadros das organizações da sociedade civil e de base comunitária, através do contato com as empresas privadas.

Para Falcão (2001), empresas operam como fator de profissionalização de organizações da sociedade civil, na medida em que transpõem para a área suas competências na elaboração de projetos, com decisivos desdobramentos na ampliação da captação de recursos. Segundo o autor, a reivindicação freqüente das organizações da sociedade civil por ampliação do volume de recursos repassados a seus projetos não se sustenta em bases reais, visto que "*sobram recursos, faltam bons projetos*" (p. 4).

No entanto, a presença das empresas na área socioambiental não necessariamente aumenta o volume de recursos destinados às organizações da sociedade civil. Efeitos contrários são mais perceptíveis. Parece ser recorrente no discurso de gestores de organizações não-governamentais reclamações quanto à dificuldade de captação de recursos. Nem sempre atuando como autênticas parceiras das OSCs, as fundações empresariais apresentam-se como forte competidoras por recursos, drenando investimentos públicos governamentais e internacionais anteriormente destinados estritamente às organizações da sociedade civil (Arantes, 2002).

Outro fenômeno observado por Falcão (2001) é a tendência das empresas em investirem em projetos específicos junto às comunidades locais, com ciclos de vida bem definidos, procurando não estabelecer vínculos duradouros com nenhum projeto específico. Por detrás dessa tendência, estaria o princípio de manutenção da independência decisória da empresa quanto aos seus investimentos socioambientais. Com isso, fontes de recursos vinculadas a fundações empresariais, assim como parte considerável dos organismos internacionais, têm estabelecido exigências para o financiamento de projetos que vão desde a proibição de gastos com infra-estrutura e custeio até a obtenção de fontes alternativas para sustentação econômico-financeira de iniciativas de intervenção nos problemas ambientais (Pereira, 2001). Diante de tal quadro, a captação de recursos junto às empresas apresenta significativas dificuldades.

Mas não só o montante de recursos aplicados em organizações não-governamentais e as próprias organizações beneficiadas devem ser analisados. É importante estudar os processos decisórios envolvendo o repasse de recursos. Grande parte da literatura sobre relações norte-sul entre organismos internacionais e ONGs detecta níveis elevados de centralismo na definição de agendas sociais (Bebbington, 2002; Carvalho & Sachs, 2001; Gordenker & Weiss, 1996). Estudos apontam tendência semelhante na relação entre ONGs e empresas privadas no Brasil (Garcia, 2004; Paoli, 2002). Muitos dos processos pretensamente participativos de definição de agendas acabam reproduzindo o que Pateman (1992) denomina de pseudoparticipação: rituais de encontro dos atores sociais nos quais decisões fundamentais já estão tomadas, mas se reproduz uma dinâmica de interação entre os indivíduos na qual se produz a sensação de participação efetiva. Outra forma de manifestação da pseudoparticipação se processa quando decisões fundamentais já foram tomadas, cabendo aos atores locais apenas definições em assuntos secundários, geralmente vinculados ao "como" atingir tais metas e não às próprias metas em si.

A expressão "parceria", comumente utilizada para definir a relação entre empresas e/ou o Estado com as ONGs, vem carregada de simbolismo. Na verdade, essa expressão tenta associar um caráter de relações simétricas entre atores cujo poder de negociação é bastante

diferenciado. A própria definição de "parceria" contida no relatório GIFE (2001) engloba atividades pontuais e esporádicas desenvolvidas em articulação com outros atores locais como pertencentes ao rol das parcerias do grupo. Estudos de Teixeira (2002), dentre outros autores, demonstram que a discrepância de poderes e capacidades negociais é característica frequente nas articulações entre empresas e OSCs, favorecendo os primeiros.

Considerações Finais

Apesar das transformações ocorridas nas últimas décadas quanto ao controle social sobre as empresas, a construção de estratégias de responsabilidade social empresarial parece trilhar no cotidiano caminhos tortuosos. Discursos empresariais e políticas organizacionais incorporaram variáveis de responsabilidade socioambiental na sua agenda discursiva e operativa. No entanto, a construção da cidadania depara-se com os desafios e armadilhas, que vão além de boas ou más intenções por detrás da racionalidade e ação dos atores de mercado.

Vários são os fenômenos impulsionadores da difusão da responsabilidade social na agenda empresarial. Essa mudança de enfoque deve ser entendida como o resultado de um processo de progressiva construção e legitimação sociais por parte dos diversos atores e instituições que dele participam, e fundamentado em trajetórias históricas, cuja evolução não se faz linear e livre de conflitos, contradições e dilemas.

As relações que se estabelecem entre os atores do mercado, da esfera governamental e da sociedade civil não se processam dentro de lógicas e processos lineares, marcados pela clareza de objetivos, convergência de interesses e ampla e irrestrita postura e ação colaborativa e/ou conflitiva. Ao contrário, as interações seriam características por incertezas quanto à postura e ação do(s) outro(s) ator(es), pelo recurso a estratégias de confrontação e de adesão, bem como entendimentos diferenciados sobre os temas socioambientais que geram a adesão ou conflito entre as partes. Uma das justificativas para tal característica parece residir na complexidade que envolve as interações entre atores da esfera do mercado e da sociedade civil. Dessa forma, empresas e a sociedade civil desenvolvem dinâmicas de interações marcadas pela complexidade e pela alternância entre situações e posicionamentos de conflito implícito e explícito e adesão discursiva e operacional dentro de uma mesma dinâmica de relacionamento.

Outro aspecto relevante da discussão diz respeito aos desafios para a construção da participação de atores locais, geralmente constitutivos das populações-alvo dos projetos socioambientais promovidos pela ação empresarial. Fenômenos tanto da dinâmica interna das organizações, como o insulamento tecnocrático, quanto da própria promoção do diálogo e da interação comunicativa no espaço público e a trajetória de construção da cidadania no Brasil, trazem importantes constrangimentos à construção de processos participativos avançados e consistentes na construção do desenvolvimento sustentável. Empresas enfrentam e muitas vezes reverberam os problemas que encontram na promoção da participação das comunidades em seus projetos socioambientais, com decisivos desafios para a ampliação da democracia participativa no desenvolvimento sustentável.

A alternativa de provisão de serviços socioambientais através do capital privado carrega em si possibilidades e ameaças. Se por um lado a crítica ao papel socioambiental dos empreendimentos capitalistas aponta para a prevalência de interesses privados sobre os públicos como motivadores da ação social, por outro esse tipo de provisão pode resultar em maior controle social sobre as empresas e distribuição da apropriação de riquezas. Ponto fundamental para tal discussão, que parece passar distante do discurso empresarial que atribui a si mesmo o papel de liderança da mudança socioambiental no Brasil, é a concepção da relação entre mercado e sociedade civil como um jogo de interesses cruzados e socialmente construídos, ora convergentes, ora divergentes, tanto por fatores estruturais, quanto

conjunturais. Do embate dessas forças na sociedade podem resultar tanto avanços da cidadania socioambiental quanto sua captura por formas excludentes de exercício da consciência social, ainda que se apresentem sob a roupagem da mais elevada responsabilidade social empresarial.

Referências

Abramovay, R. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. In: **Tempo Social**, vol. 16, no. 2, nov. 2004, pp. 1-19.
Alier, J. M. **Da economia ecológica ao ecologismo popular.** Blumenau: Ed. da FURB, 1998.
Arantes, P. E. Esquerda e direita no espelho das ONGs. In: **Cadernos ABONG** – ONGs identidade e desafios atuais. São Paulo: ABONG, no. 27, maio, pp. 3-27, 2002.
Arrellano-López, S.; Petras, J. L´aide ambigue des ONG, le cas de la Bolivia: un point de vue latino-américain. In: CENTRE TRICONTINENTAL. **Les ONG: instruments du néo-libéralisme ou alternatives populaires?** Paris: L´Harmattan, 1998, pp. 87-107.
Bauman, Z. **Globalização:** as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
Bebbington, A. Reflexões sobre a relação norte-sul na construção de conhecimentos sobre as ONGs na América Latina. In: Haddad, S. (org.) **ONGs e universidades:** desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: ABONG; Peirópolis, pp. 93-118, 2002.
Beck, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: Beck, U.; Giddens, A.; Lash, S. (orgs.) **Modernização reflexiv**. São Paulo: UNESP, 1997, p. 11-71.
Beynon, H. **Trabalhando para Ford**. São Paulo: Ed. Paz & Terra, 1995.
Boltanski, L.; Chiapello, È. **El nuevo espíritu del capitalismo.** Madrid: Ed. Akal, 2002.
Carvalho, C. A.; Sachs, T. R. A internacionalização da economia chega ao Terceiro Setor. In: **Organizações & Sociedade.** Salvador: UFBA, v. 8, no. 20, jan/abr, pp. 107-123, 2001.
Cohen, J. L.; Arato, A. **Civil Society and Political Theory.** New Baskerville: MIT, 1994.
Costa, A. C. G. **Lições de aprendiz**. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2002.
Decca, E. S. **O nascimento das fábricas.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.
Donaldson, T.; Preston, L. E. The Stakeholder Theory of the Corporation: concepts, evidence and implications. In: **The Academy of Management Review**, jan. 1995, 20, 1, pp. 65-91.
Dunham, L.; Freeman, R. E.; Liedtka, J. Enhancing stakeholder practice: a particularized exploration of community. In: **Business Ethics Quaterly**, vol. 16, issue 1, 2006.
Falcão, R. S. **Elaboração de projetos e sua captação de recursos.** Rio de Janeiro: RFalcão Consultoria, mimeo, 2002.
FIEMG. Empresas e Responsabilidade Social: um estudo sobre as ações sociais realizadas pelo setor privado em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2000.
Freeman, R. E.; Reed, D. L. Stockholders and Stakeholders: a new perspective on corporate governance. In: **California Management Review,** vol. XXV, no. 3, spring 1983, pp. 88-106.
Friedman, M. The Social Responsability of Business is to Increase its Profits. In: **The New York Times Magazine**, 33, pp. 122-126, 1970.
Galbraith, J. K. **A sociedade justa:** uma perspectiva humana. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
Garcia, N. **O negócio do social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
GIFE. Investimento social privado no Brasil: perfil e catálogo dos associados GIFE. São Paulo, 2001.
Gordenker, L.; Weiss, T. G. **NGOs, the United Nations and global governance.** Boulder, Colorado, USA: Lyne Rienner Publishers, 1996.
Jacobi, P. R. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. In: **Educação e Pesquisa**, v. 31, no. 002, p. 233-250, mai./jun. 2005.
Jones, M. T. Missing the forest for the trees: a critique of the corporate social responsibility discourse. **Business and Society**, vol. 35, p. 7-41, 1996.

Klein, N. **Sem logo:** a tirania das marcas em um planeta vendido. R J: Record, 2002.
Kreitlon, M. P. A Ética nas Relações entre Empresas e Sociedade. In:**XXVIII ENANPAD**, 28. Curitiba: ANPAD, 2004.
Levésque, B. Contribuição da nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. In: **RAE**, vol. 47, no. 2, abr./jun. 2007, pp. 49-60.
Litvin, D. **Os impérios do lucro.** Rio de Janeiro: Campus, 2003.
Logsdon, J. M., PALMER, D. R. Issues management and ethics. **Journal of Business Ethics**, vol. 7, p. 191-198, 1988.
Meirelles, C. **Alianças e Parcerias**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Aliança Capoava, 2005.
Miglievich, A.; Coutinho, G. G. Fórum Social Mundial e Fórum Econômico Mundial. In: **Anais do II Simpósio Nacional UFSC – "Movimentos Sociais, Participação e Democracia"**. UFSC: Florianópolis, 2007, pp. 1-22.
Montaño, C. **Terceiro Setor e Questão Social**. São Paulo: Cortez, 2002.
Página 22. Centro de Estudos em Sustentabilidade, no. 5, fev 2007.
Paoli, M. C. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: Santos, B. (org.) **Democratizar a democracia**. RJ: Civilização Brasileira, 2002, p. 373-418.
Pateman, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.
Paula, A. P. P. Um estudo de caso da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentiais: construindo uma nova gestão pública em espaços públicos alternativos. In: **Anais do XXI ENANPAD**. Rio das Pedras, Angra dos Reis-RJ: ANPAD, 1997.
Peliano, A. M. T. M. (coord.) **A iniciativa privada e o espírito público:** a ação social das empresas do Sudeste brasileiro. Brasília: IPEA, 2000.
Portilho, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania.** São Paulo: Cortez, 2005.
Rondinelli, D. A.; London, T. How corporations and environmental groups cooperate. In: **Academy of Management Executive**, 2003, vol. 17, no. 1, pp. 61-76.
Santos, B. S. **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
Schwartz, M. S.; Carroll, A. B. Corporate Social Responsibility: a three-domain approach. In: **Business Ethics Quaterly**, vol. 13, issue 4, 2003, pp. 503-530.
Sen, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
Sennett, R. **A cultura do novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2006.
Shiva, V. **Biopirataria.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
Silva-Sánchez, S. S. **Cidadania Ambiental**. São Paulo: Humanitas, FFLCH, USP, 2000.
Singer, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: Singer, P. & Souza, A. R. (orgs.) **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, pp. 11-28, 2000.
Teixeira, A. C. C. A atuação das organizações não-governamentais. In: Dagnino, E. (org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz & Terra, pp. 105-142, 2002.
Teodósio, A. S. S. (2000) Managerial strategies of Brazilian nonprofit organizations. In: **ARNOVA's 29th Annual Conference**. New Orleans: ARNOVA, 16-18 nov, pp. D08.2
Weiss, A. R. Cracks in the foundation of Stakeholder Theory. In: **Eletronic Journal of Radical Organization Theory**, vol. 1, no. 1, 1995.